



SIPILÄ, HELVI

A determinação e resiliência de Helvi Sipilä (1915–2009) parecem indiciar a identidade finlandesa que foi sendo construída ao longo da História, nos seus sucessivos combates e lutas pela independência e reconhecimento da soberania, enquanto povo subalternizado e anexado. A Finlândia tem uma história de luta estoica pela sobrevivência e liberdade espelhada na afirmação de Sipilä: «A paz é a única situação em que um país não tem necessidade da guerra. A única forma de prevenir a guerra é lutando por justiça no mundo, reduzindo as discriminações e as injustiças» (ISOHELLA, “Helvi Sipilä at 85 – a strong-willed woman marks the way”, 2011).

Foi com o fim da I Guerra Mundial, após uma derradeira guerra civil (27 de janeiro – 15 de maio de 1918), entre as forças aliadas dos sociais democratas (apoiados pela recém-formada Rússia de Lenine) e os apoiantes do império alemão, que a Finlândia viu fixadas as fronteiras do seu território. Em 1995, a Finlândia vê concretizada a sua adesão à União Europeia (UE). O ano de 1995 foi, então, o marco que fixou a convergência dos ideais humanistas que norteiam a própria União Europeia com o ativismo de Sipilä, quer na Finlândia, quer na ONU, ao serviço dos direitos das mulheres e dos mais desprotegidos, fazendo uso da determinação que desde sempre a caracterizou, a par de um notável sentido de humor, arma que usava com destreza, na diplomacia.

Tinham decorrido 50 anos desde a Conferência de Fundação das Nações Unidas, em 1945, à qual tinha assistido um diminuto número de feministas de diferentes países, integrando as respetivas delegações nacionais, visando dar continuidade ao contributo que vinham desenvolvendo no seio da, então extinta, Sociedade das Nações; lutavam pelos seus direitos, num momento em que lhes coubera o enorme esforço de guerra e resistência que, indiscutivelmente, consagrara as mulheres como elemento fundamental para o progresso de uma sociedade e construção da paz. Essa participação teve um momento notável na sessão inaugural da Assembleia-Geral da ONU, no início de 1946, quando Eleanor Roosevelt leu “Uma Carta Aberta às Mulheres do Mundo”, momento que marcou, formal e inequivocamente, a vontade das mulheres de participarem na nova instância política de cooperação internacional (HAAN, *A Brief Survey of Women’s Rights From 1945–2009*, 2010).

Em 1948, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aceitando a alteração proposta pelas mulheres que se inscreviam na luta pela igualdade de direitos, e assim, o Artigo 1.º ficou para a história com uma redação diferente

da que estaria a votação: ao invés de «Todos os homens...», a redação votada representa, um passo em frente, afirmando que «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos» (HAAN, *A Brief Survey of Women's Rights...*, ob. cit.). E, contudo, foi preciso esperar, entre 1948 e 1972, para que fosse eleita a primeira mulher como secretária-geral-adjunta da ONU: a finlandesa Helvi Sipilä.

Helvi Sipilä nasceu Helvi Linnea Aleksandra Maukola, a 5 de maio de 1915, em Helsínquia, cidade onde morreu a 15 de maio de 2009. Filha única de Vilho Maukola e Aleksandra Lucinda Manner, um casal de abastados agricultores, cedo se revelaria uma líder. Realizou os seus estudos em Lathi e manteve sempre uma forte ligação ao voluntariado e ao movimento escutista feminino, tendo sido membro do Comité das Escuteiras Finlandesas (1952-1969), pertencido ao Comité Internacional da Associação Mundial de Guias e Escuteiras (1957-1966), sendo, ainda, sua consultora. O espírito escuteiro construiu a sua forma de estar e atuar no mundo, sabendo liderar sem se tornar distante, desenvolvendo o espírito e estratégias de cooperação, pautando-se sempre pela troca de ideias e opiniões, virtudes que lhe eram reconhecidas pelos seus pares (FORSSTRÖ, *Biografiakeskus*, 2001).

Helvi Linnea Aleksandra Maukola (Sipilä) foi das primeiras mulheres a formar-se em Direito pela Universidade de Helsínquia, onde conheceu aquele que viria a ser o seu marido, Sauli Fredrik Sipilä (1914-2001), com formação em Direito e Economia, filho de Johan Sipilä e Aliina Mannelius, ligados à agricultura, tal como seus pais. Helvi e Sauli, em setembro de 1939, formaram-se e casaram-se quando se anunciava o começo da II Guerra Mundial (HAAN, de Francisca, (HAAN, *A Brief Survey of Women's Rights...*, ob. cit.). O casal teve quatro filhos, três rapazes, Kari Sauli Tapio (1940), Ilkka Sauli Juhani (1942), Jorma Jaakko Kalevi (1945), e uma rapariga Kirsti Heli Sinikka (1949).

Em plena II Guerra Mundial, com a invasão das tropas soviéticas que deram lugar à Guerra de Inverno (1939-1940), seguida da Guerra da Continuação (1941-1944), com os homens convocados para o serviço militar, Helvi Sipilä trabalhou no Tribunal de Apelação de Turku (dois dias após a sua formatura), como escriturária do distrito judicial, foi a oitava mulher a estagiar, e veio a alcançar o título de vice juíza, a 19 de dezembro de 1941, tornando-se a décima sexta mulher finlandesa a alcançar tal posição.

Advogar, à época, exigia uma determinação de carácter muito forte a par de uma forte consciência do mundo social e cultural, num período conturbado do país e do mundo. O reconhecimento do seu desempenho permitiu-lhe continuar no Tribunal Administrativo e no Supremo Tribunal, entre 1941-1942. Em 1944, abriu o seu próprio escritório de advocacia e, a 31 de maio de 1946, foi a segunda mulher a obter autorização para exercer, concedida pela Associação dos Advogados da Finlândia, tendo alcançado grande reputação na defesa dos mais desfavorecidos e das mulheres (FORSSTRÖ, *Biografiakeskus*, ob. cit.).

Helvi Sipilä liderou e presidiu ao movimento de formalização da Associação de Advogadas Finlandesas e, mais tarde, foi presidente (1954-1958) da Federação Internacional de Advogadas, tendo sido agraciada, em 2001, em Londres, com o prémio internacional para advogados, atribuído pela International Bar Association. O reconhecimento granjeado por tais cargos levou-a a posições de destaque na defesa

das mulheres: entre 1967 e 1972, foi presidente do Conselho Nacional das Mulheres da Finlândia (NCWF), onde defendeu com convicção que a desigualdade das mulheres começa na desigualdade de acesso ao trabalho e na sua escassa representação nos círculos de discussão de tais assuntos (KELBER, *Women and Government – new ways to political power*, 1994, p. 128).

Na esfera governamental, a sua ação não se esgotou em 1943. Integrou comités governamentais nas áreas dos benefícios sociais das crianças, educação, cidadania, legislação sobre casamento e desenvolvimento internacional. Paralelamente, defendeu causas nas mesmas áreas e em defesa dos mesmos ideais, o que a fez ascender a inúmeros lugares de liderança em organizações nacionais e internacionais: foi presidente do Conselho Finlandês para os Refugiados (1965-1972), membro da delegação finlandesa na Assembleia-Geral das Nações Unidas (1966-1972), membro do Conselho do Instituto de Direitos Humanos em Estrasburgo (desde 1969), desde 1970 vice-presidente do Conselho Internacional das Mulheres (ICW), presidente (1968-1970) da Zonta Internacional, representante finlandesa na Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher (1960 a 1968 e 1971 a 1972) e, finalmente, em 1972, tornou-se a primeira mulher a ser nomeada secretária-geral-adjunta para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários, da ONU, lugar que ocupou até 1980 (<https://www.un.org/womenwatch/daw/news/helvi.html>).

Helvi Sipilä recusava considerar a desigualdade das mulheres como uma questão isolada; para ela, mulheres, crianças e homens viviam e constituíam uma mesma sociedade e era, em contexto de sociedade, que os direitos das mulheres eram negligenciados. Essa negligência atingia diretamente as mulheres, mas verificava-se que estava na raiz dos entraves ao desenvolvimento quer dos homens quer das crianças, vale dizer, da própria sociedade. Assim, defender as mulheres implicava defender a própria sociedade dos entraves ao seu desenvolvimento, ainda que, como Helvi Sipilä defendia, a mudança devesse começar especificamente com as mulheres (SIPILÄ, “Women and Change in the Developing world”, 1976-77, p. 183-190).

Trinta anos após a fundação das Nações Unidas e da intervenção de Eleanor Roosevelt, o ano de 1975 foi reconhecido, pela ONU, como o Ano Internacional da Mulher, dedicado à igualdade, ao desenvolvimento e à paz. Helvi Sipilä foi designada sua secretária-geral e promoveu, como momento chave, a First World Conference on Women (de 19 de junho a 2 de julho de 1975) na Cidade do México (THERBORN, *Sexo e poder. A família no mundo 1900-2000*, 2006, p. 154). Por essa ocasião, é conhecida a sua afirmação de que «metade do mundo foi encontrada (por Cristóvão Colombo) no século XV, mas levaria ainda mais 500 anos até que metade da humanidade fosse oficialmente reconhecida» (KETOKOSKI REXED, “The Finish lawyer and champion of women’s rights at the United Nations”, 2009).

Em 1975, completavam-se 30 anos sobre a luta pela igualdade de direitos e reconhecimento das mulheres. Como Helvi Sipilä reconheceu, apesar de todas as modernas iniciativas legislativas, o papel da mulher enquanto dona-de-casa ainda continuava a ser reconhecido como tradicional e socialmente justificado, estando as mulheres financeiramente subordinadas aos maridos; apesar de alguns governos terem reconhecido igualdade de oportunidades e remuneração laborais, o papel social da mulher continuava a ser considerado como o de cuidadora dos filhos, confinada à

esfera privada, ao lar. Mantinha-se a necessidade de legislar relativamente aos cuidados de saúde, proteção na maternidade e nutrição, que afetavam as mulheres e crianças com especial incidência nas zonas rurais e menos desenvolvidas”, situação que Helvi Sipilä conhecia bem das suas raízes (SIPILÄ, “Women’s Lib: 30 years of Progress”, 1975, p. 4-7).

A First World Conference on Women estabeleceu metas para garantir às mulheres o acesso igual à educação, emprego, participação política, serviços de saúde, habitação, alimentação e planeamento familiar. Numa publicação da UNESCO que assinalava a iniciativa, Sipilä reiterou que as alterações produzidas até então eram diminutas, facto que atribuiu à escassa representatividade das mulheres nas comissões de decisores políticos e terminou enfatizando a importância daqueles eventos. Nas suas palavras, aquela era uma oportunidade única no caminho para eliminar as discriminações das mulheres, possibilitando que tivessem um papel mais ativo e uma contribuição plena a nível económico, social e político na vida do planeta que pertencia tanto a crianças quanto a homens e a mulheres (SIPILÄ, “Women’s Lib...”, ob. cit., p. 4-7).

Em 1995, completavam-se cinco décadas de luta pelos direitos das mulheres, nas quais Helvi Sipilä teve um papel proeminente, e que foram devidamente assinaladas na Fourth World Conference on Women, em que é aprovada a Beijing Platform for Action, na qual foi estabelecido como principal objetivo a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres (THERBORN, *Sexo e poder...*, ob. cit.). Este foi um dos corolários do trabalho desenvolvido por Helvi Sipilä, cuja intervenção começou por se desenvolver no seu país e veio a alargar-se a um âmbito mundial tendo sido reconhecida como a finlandesa mais internacional. Foi efetivamente durante a sua presença na ONU que a “Magna Carta” das mulheres e a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência sobre as mulheres (CEDAW) foi ultimada. E nem com o fim do seu mandato, como secretária-geral adjunta da ONU, em 1980, o seu trabalho terminaria, tendo então assumido a presidência da Associação Finlandesa do Fundo de Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM) e continuado a marcar presença nas World Conference on Women.

Apenas em 1995, a Finlândia, em simultâneo com a Áustria e a Suécia, tornou-se membro da União Europeia. Chegada à segunda década do século XXI, a Finlândia atingiu a classificação de segundo país mais “estável” do mundo, de acordo com os indicadores sociais, económicos, políticos e militares, fruto do culminar do processo de construção de um Estado de bem-estar social que foi implementado entre 1970 e 1990.

Não tendo estado diretamente envolvida nesse processo, Helvi Sipilä estava presente em outras instâncias que promoveram uma mudança de mentalidade e cultura. A tomada de consciência dos direitos das mulheres e das crianças que Sipilä promoveu ao longo de toda a sua carreira política não foi estranha ao facto de ter nascido numa zona rural. Na década de 50 do século XX, a Finlândia era ainda um país de economia predominantemente rural, com um processo de industrialização em atraso. Ao mesmo tempo que Helvi L. Sipilä ganhava prestígio na luta por uma nova sociedade e por novos valores, que a levaram a ser conhecida como a mais internacional das finlandesas, também ao seu país chegaram os ecos da sua luta e dos seus

valores. As duas décadas em que a Finlândia apostou na construção do seu Estado de bem-estar social são concomitantes com as duas décadas de atuação e intervenção nacional e internacional de Sipilä, ainda que, em 1990, a Finlândia tenha sofrido uma depressão económica. Os sucessivos governos apostaram em reformar o sistema económico do país sem menosprezo da tradição de Estado presente o que, após a integração na UE, a Finlândia mantém, em consonância com as políticas da União, sem recorrer às privatizações e à desregulamentação económicas (WILNER, “Privatization and Public Ownership in Finland”, 2003). Em linha com uma economia mista, o Estado finlandês manteve-se atento às necessidades do sector privado da economia, como parceiro e com um forte sector público, apresentando-se integrado na economia global e no comércio internacional, tendo sido o único país nórdico que aderiu à zona euro.

Quando Helvi Sipilä lançou a sua “jornada” em prol da educação e formação, de que ela própria é testemunho, talvez estivesse longe de poder imaginar que, no século XXI, a Finlândia teria somente 3% dos alunos em escolas privadas, que o ensino estaria organizado a nível municipal, oferecendo formação a nível técnico-profissional e universitário, ou mesmo que o ensino superior na Finlândia seria classificado como o melhor do mundo pelo Fórum Económico Mundial (World Economic Forum, “The Global Competitiveness Report 2006-2007”). Antecipando-se mesmo às políticas europeias para a Aprendizagem ao Longo da Vida, a Finlândia tinha já, em 1980, um milhão de adultos envolvidos em algum tipo de aprendizagem.

Helvi L. Sipilä conquistou, assim, um lugar para a posteridade. Por ocasião da passagem do centenário do seu nascimento, em 2015, foi-lhe prestada a devida homenagem no *Helvi Sipilä Seminar*, tal como fora no primeiro seminário realizado após o seu falecimento, dedicado ao tema “*Women and Power*” (2010). O legado de Helvi Sipilä representa um contributo inestimável para o desenvolvimento das sociedades, no sentido do respeito pela dignidade humana e para o progresso da humanidade. A esse facto não terá sido alheia a distinção recebida, ao serem-lhe conferidos doze doutoramentos *honoris causa*.

Se a Finlândia se afirma, na União Europeia, com um dos maiores índices de felicidade do mundo e pela excelência do seu ensino, é também assinalável o aumento significativo da participação feminina nas diversas instâncias de poder de que Helvi L. Sipilä se tornou ícone pela candidatura às presidenciais do seu país, em 1982, abrindo, assim, o caminho a outras mulheres.

Isabel Lousada
Universidade Nova de Lisboa

Referências

- OLCOTT, Jocelyn, *International Women's Year – the greatest consciousness-raising event in history*, New York, Oxford University Press, 2017.
- LAQUA, Daniel, ACKER, Wouter Van, VERBRUGGEN, Christophe (ed.), *International Organizations and Global Civil Society – histories of the union of international associations*, London, New York, Oxford, New Delhi, Sydney, Bloomsbury Academic, 2019.

SIPILÄ, Helvi, "Women and Change in the Developing world", in *Journal of International Affairs*, Vol. 30, No. 2, 1976-77, p. 183-190.

SIPILÄ, Helvi, "Remarks by Helvi Sipilä", in *Proceedings of the ASIL Annual Meeting*, Vol. 70, 1976, p. 114-120.

TINKER, Irene and JAQUETTE, Jane, "UN Decade for Women: Its impact and legacy", in *World Development*, Vol. 15, No. 3, 1987, p. 419-427.

